

1. Responsabilidade Social

2.1 - Evolução do conceito ao longo dos anos

Desde os seus primórdios até aos dias de hoje, o conceito de Responsabilidade Social já foi alvo de diversas mudanças e alterações. Poder-se-á considerar que o conceito de Responsabilidade Social teve três grandes variantes desde o seu aparecimento.

- 1) Entre **1900 e 1960** - uma empresa era considerada socialmente responsável quando fazia donativos para a caridade e se tivesse um bom sistema de governação corporativa, isto é, as atividades empresariais tivessem preocupações éticas.

Esta é a época do aparecimento das primeiras grandes corporações monopolistas, que conseguem granjear grande poder na sociedade, interferindo no desenvolvimento económico e social e apresentando lucros extraordinários, mesmo em épocas de grandes crises (como a Grande Depressão de 1929), situação que, naturalmente, levantou vozes de descontentamento e indignação, levando ao aparecimento do conceito de Responsabilidade Social.

Nestes anos, predominava uma visão mais liberal do conceito, que defendia que as empresas deveriam ter como objetivo único a maximização do lucro, sendo que a sua contribuição para o bem-comum é feita a partir do pagamento de impostos, que administrados pelo Estado, serão convertidos em riqueza e distribuídos justamente pela sociedade.

- 2) **Entre 1960 e 1980** – época marcada pela diminuição do crescimento da economia, aliado ao aumento do desemprego e das reivindicações da sociedade civil sobre os grandes monopólios, levou a que o conceito sofresse alterações profundas, passando as empresas a serem consideradas “agentes morais” da sociedade, sujeitas a apreciação ou a críticas por parte da população, tendo a obrigação moral de contribuir para o bem-comum.

Começa a ser defendido o agora conhecido como o ideal clássico de Responsabilidade Social, que defende que as responsabilidades das empresas para com a sociedade têm de ir mais além do que o fim lucrativo e o cumprimento da lei, devendo a empresa colaborar para o desenvolvimento social, não apenas gerando riqueza, mas também intervindo diretamente na resolução de problemas sociais e na minimização de eventuais efeitos prejudiciais, que a sua atividade pode ter no bem-estar coletivo.

3) **Por último, desde os anos 80 até os dias de hoje** o discurso proferido sobre a Responsabilidade Social passa frequentemente a referir-se a novos conceitos como “desenvolvimento sustentável” e “cidadania empresarial”, passando a ser exigido às empresas uma preocupação cada vez maior com os problemas sociais e que tomem um papel ativo na sua resolução.

Pode-se considerar que o conceito da Responsabilidade Social tem entrado no quotidiano dos indivíduos e desempenhado um papel mais preponderante na sociedade nos últimos 20 anos. As profundas transformações socioeconómicas dos últimos anos trouxeram novas problemáticas e desafios para o Homem, tendo este percebido que a única forma de lhes responder positivamente era apostar na entajuda e esforço de todos para ser possível dar uma resposta positiva aos diversos desafios, sendo obrigatório haver uma grande responsabilidade e consciencialização dos problemas sociais da parte de todos.

Este aumento da visibilidade do tema da Responsabilidade Social deve-se a inúmeros fatores, tais como

- 1) a consolidação das democracias nas sociedades ocidentais,
- 2) a abertura das fronteiras ao comércio livre
- 3) desenvolvimento tecnológico, que possibilitou o acesso facilitado e a circulação livre de informação, levando ao aumento da notoriedade dos problemas éticos que a gestão de empresas tem, dando a possibilidade de a sociedade tomar um papel muito mais ativo e vigilante.

O conceito de Responsabilidade Social, embora em termos conceptuais ainda tenha bastantes derivações, já foi alvo de uma definição por parte da Comissão

Europeia, que a define simplesmente como “a contribuição voluntária para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo”.

Em resumo: O conceito de “Responsabilidade Social” nem sempre foi o mesmo, tendo sofrido alterações ao longo dos tempos. No entanto, apesar do conceito ainda não ser consensual nem fácil de definir, tem algumas características básicas e imutáveis, como pressupor a adoção voluntária de um determinado tipo de comportamento por parte das empresas, ou seja, tem de ter em conta na sua atividade o impacto económico, social e ambiental, devendo intervir diretamente na ajuda da resolução dos problemas sociais.

RS nas empresas: O mundo está em constante mutação. E as empresas que não acompanham e se adaptam a este ritmo frenético de mudanças arriscam-se a ficar ultrapassadas. A globalização, os impactos económicos, sociais e ecológicos, e a alteração da relação entre as organizações e os seus colaboradores favoreceram a uma mudança de padrão e comportamentos organizacionais e mudaram as bases da sustentabilidade organizacional. Neste sentido, a Responsabilidade Social Organizacional (RSO) institucionalizou-se progressivamente no seio das organizações, sendo reconhecido como um campo de gestão associado à transparência, ética e cidadania, sendo um elemento diferenciador que gera boa reputação na sociedade civil.

A Responsabilidade Social é, por isso, um conceito emergente, que já começa a se tornar num elemento diferenciador para o consumidor final, na hora de escolher um produto ou serviço de determinada empresa. Já muitos perceberam que apenas promovendo conceitos como a solidariedade, a entreatuda e a cooperação é que é fácil ultrapassar os múltiplos desafios com que as sociedades modernas se deparam, pelo que o humanizar das organizações se torna, a cada dia que passa, num imperativo moral, ético e social.

É, cada vez mais, fundamental cada uma das organizações ter uma política definida e bem delineada de Responsabilidade Social, que deve ser do conhecimento de todos os seus colaboradores, parceiros e restantes *stakeholders*, definindo-se desta forma como uma empresa de valores humanistas e preocupações sociais.

O aumento da notoriedade do fenómeno da Responsabilidade Social nos últimos anos levou, indubitavelmente, a que, cada vez mais, se falasse também de ética empresarial, com a sociedade civil a exigir que as empresas operem no mercado, regendo-se por princípios éticos e morais.

Esta adoção de princípios éticos por parte das empresas é, atualmente, indispensável também do ponto de vista económico, pois uma postura eticamente correta é extremamente rentável a longo prazo, na medida em que a empresa é bem vista pelas pessoas, o que é fundamental para uma empresa conseguir alcançar os objetivos a que se propôs. Em sentido inverso, empresas sem princípios éticos veem rapidamente as suas más práticas difundidas na comunicação social vindo os seus produtos ou serviços serem boicotados pelos consumidores.

A Responsabilidade Social tem duas dimensões distintas: a dimensão interna e a dimensão externa.

Interna - é fundamental uma empresa começar por ser socialmente responsável “lá dentro”, garantindo que os seus colaboradores tenham boas condições de trabalho. Uma empresa só tem a ganhar por adotar medidas desta natureza, pois ganha colaboradores mais motivados, com mais paixão pela instituição que representam (cada vez mais raro “amor à camisola”), o que originará, certamente, melhor desempenho laboral.

Para garantir aos colaboradores as condições laborais necessárias para a realização do trabalho, a empresa deve preocupar-se, essencialmente, com as seguintes grandes áreas: gestão dos recursos humanos, saúde e segurança, adaptação à mudança e a gestão de recursos naturais e o impacto ambiental.

Quanto à gestão dos recursos humanos, é fundamental uma empresa socialmente responsável ter uma preocupação constante com as necessidades dos seus colaboradores a vários níveis, sejam elas necessidades de formação e/ou qualificação (devendo promover, por exemplo, ações de formação) ou outras, como promover a segurança e estabilidade nos contratos laborais, a igualdade de género, de

oportunidades e de remuneração, garantir o equilíbrio saudável entre a vida profissional e a vida familiar e fomentar a existência de diálogo entre a direção e os colaboradores e criar condições para existir um ambiente interno saudável e harmonioso.

Externa - tem quatro grandes domínios: comunidades locais, direitos humanos, preocupações ambientais globais e, por fim, parceiros comerciais, fornecedores e consumidores.

Sobre as comunidades locais, há uma relação de dependência mútua, pois as empresas ao serem criadoras de impostos, benefícios, remunerações e, essencialmente, emprego, contribuem para a dinâmica da comunidade, ao mesmo tempo que dependem da sua prosperidade e estabilidade para atingirem os seus objetivos, assim como para criarem a sua reputação e imagem e angariarem clientes.

Relativamente aos Direitos Humanos, esta é uma área de grande sensibilidade, pois nem sempre é fácil delinear a fronteira entre as áreas da responsabilidade da empresa e dos governos. Cabe às empresas zelar pelo cumprimento dos Direitos Humanos e pela aplicação de códigos de conduta da Organização Internacional do Trabalho, devendo para isso efetuar auditorias sociais, de forma a verificarem se os códigos de conduta são efetivamente aplicados.

Quanto às preocupações ambientais globais, as empresas têm o dever de se preocuparem com os efeitos nefastos que a sua atividade pode causar no ambiente, atuando sempre com responsabilidade

Por último, os parceiros comerciais, fornecedores e consumidores são agentes cada vez mais importantes para as empresas nos dias de hoje, pois os efeitos das políticas de responsabilidade social das empresas têm reflexo nos seus parceiros, sendo valorizado não apenas a faceta económica na relação entre a empresa e os seus parceiros, mas também a faceta humana, desenvolvendo-se relações de confiança e amizade, tendo a empresa a tarefa de compreender as expectativas e necessidades dos seus clientes.

Novas características de uma empresa, instituição ou organização socialmente responsável:

- 1) **Pluralidade** – Atualmente as empresas já não devem satisfações apenas aos seus acionistas, tendo também de ter em conta outros agentes, tais como:

- Os funcionários;
- Os meios de comunicação social;
- O governo;
- As comunidades em que está inserida.

Hoje, as empresas só têm a ganhar com a inclusão destes chamados parceiros sociais, pois demonstram publicamente uma mudança de comportamento, que é bem-recebida pela sociedade.

2) **Sustentabilidade** – o conceito de Responsabilidade Social tem obrigatoriamente de estar agregada ao de desenvolvimento sustentável, ou seja, um conjunto de ideias, estratégias e demais atitudes ecologicamente corretas, economicamente viáveis, socialmente justas e culturalmente diversas, que são fundamentais para a construção de um futuro melhor. Muitas empresas já possuem atualmente um relatório anual dedicado ao Desenvolvimento Sustentável.

3) **Transparência** – numa sociedade manchada pela corrupção e pela desconfiança, é imperativo que as empresas sejam transparentes nos negócios que fazem, de forma a não deixar qualquer tipo de eventuais dúvidas pendentes. Atualmente as empresas devem periodicamente revelar a sua performance social e ambiental e os impactos de suas atividades na sociedade.

Obstáculos ao desenvolvimento da Responsabilidade Social:

- 1) falta de conhecimentos sobre a importância da Responsabilidade Social para um desempenho económico positivo das empresas,
- 2) a falta de conhecimento dos consumidores, investidores e sociedade em geral sobre este conceito,
- 3) ausência de consenso sobre um conceito global e único para a Responsabilidade Social;
- 4) falta de recursos para a promoção da importância do conceito nas Pequenas e Médias Empresas (PME) ou a

- 5) ausência de uma estratégia coerente e bem delineada dos poderes públicos

2.3 - As Práticas em Portugal

No nosso país, a Responsabilidade Social surge e começa a ganhar importância, quando o tema começa a ser alvo de discussões e de integração nas estratégias definidas a nível mundial e, essencialmente, na União Europeia.

No caso concreto português, a temática da Responsabilidade Social rapidamente assumiu um lugar de destaque na sociedade portuguesa, sendo devidamente enquadrada nas políticas nacionais e adotada com sucesso pela generalidade dos portugueses. Esta situação poder-se-á explicar pela:

- 1) natureza social e solidária que caracteriza Portugal;
- 2) perceção de que a RS pode ser um meio de combate aos desafios com que a sociedade atual se depara, como a globalização, a competitividade, as alterações promovidas pela sociedade do conhecimento e da informação e, essencialmente, por ser um meio de ajuda no combate ao atraso estrutural que Portugal apresenta relativamente aos demais países europeus.

Apesar disso, em Portugal as práticas deste género ainda não estão tão difundidas como em outros países europeus, visto que a atuação mais comum nas empresas portuguesas é a concessão de donativos e patrocínios, não havendo ações e políticas concertadas de RS, nem profissionais exclusivamente dedicados a estas temáticas.

Voluntariado

O que é o Voluntariado?

O voluntariado é uma forma de praticar Responsabilidade Social, que se traduz numa decisão livre e voluntária, que se traduz por uma relação solidária para com o próximo, participando, de forma livre e organizada, na solução dos problemas que afetam a sociedade em geral.

Desenvolve-se através de projetos e programas de entidades públicas e privadas com condições para integrar voluntários.

Voluntário

É um indivíduo que de forma livre, desinteressada e responsável se compromete, de acordo com as suas aptidões e no seu tempo livre, a desenvolver ações de voluntariado de forma gratuita, em prol dos indivíduos, famílias e comunidade.

Organizações promotoras

As organizações promotoras são entidades que reúnem condições para integrar voluntários, dando-lhes as condições necessárias para poderem dignamente desempenhar a sua função. O Voluntário não deve nunca substituir os recursos humanos das entidades promotoras.

Direitos do voluntário:

- 1) Desenvolver um trabalho de acordo com os seus conhecimentos, experiências e motivações;
- 2) Ter acesso a programas de formação inicial e contínua, de modo a aperfeiçoar o seu trabalho voluntário;
- 3) Receber apoio no desempenho do seu trabalho com acompanhamento e avaliação técnica;
- 4) Ter ambiente de trabalho favorável e em condições de higiene e segurança;
- 5) Participação das decisões que dizem respeito ao seu trabalho;
- 6) Ser reconhecido pelo trabalho que desenvolve com acreditação e certificação;

Deveres do Voluntário:

- 1) Observar e respeitar as normas e princípios éticos da organização promotora;
- 2) Utilizando corretamente os bens, equipamentos e recursos materiais colocados ao seu dispor;

- 3) Respeitar as opções e orientações dos profissionais das organizações promotoras, cumprindo, também, a calendarização da realização de atividades acordada;
- 4) Utilizar, durante as atividades, a sua identificação como voluntário e nunca assumir o papel de representante da organização promotora sem o devido reconhecimento da mesma.

Moral

Conjunto de regras adquiridas através da cultura, da educação, da tradição e do cotidiano, e que orientam o comportamento humano dentro de uma sociedade.

Está associada aos valores e convenções estabelecidos coletivamente por cada cultura ou por cada sociedade a partir da consciência individual, que distingue o bem do mal, ou a violência dos atos de paz e harmonia.

Os princípios morais como a honestidade, a bondade, o respeito, a virtude, etc., determinam o sentido moral de cada indivíduo. São valores universais que regem a conduta humana.

Ética

Ética é o nome dado ao ramo da filosofia dedicado aos assuntos morais. A palavra ética é derivada do grego, e significa aquilo que pertence ao caráter. Ética é diferente de moral, pois enquanto a primeira se fundamenta na obediência a normas e costumes, a ética fundamenta o modo de viver pelo pensamento humano, sendo a parte da filosofia que estuda a moral, isto é, que reflete sobre as regras morais. A reflexão ética pode inclusive contestar as regras morais vigentes, entendendo-as, por exemplo, ultrapassadas.

A ética pode ser confundida com lei, embora que, com certa frequência a lei tenha como base princípios éticos. Porém, diferente da lei, nenhum indivíduo pode ser compelido, pelo Estado ou por outros indivíduos a cumprir as normas éticas, nem sofrer qualquer sanção pela desobediência a estas; mas a lei pode ser omissa quanto a questões abrangidas pela ética.

O que se entende por Cidadania?

Cidadania significa o conjunto de direitos e deveres pelo qual o cidadão, o indivíduo está sujeito no seu relacionamento com a sociedade em que vive. O termo cidadania vem do latim, civitas que quer dizer “cidade”.

A cidadania pressupõe direitos e deveres e a serem cumpridos pelo cidadão que serão responsáveis pela sua vivência em sociedade.

Como pode ser classificada Cidadania?

Os “Direitos” poder ser divididos em três tipos: Civis, Políticos e Sociais. A cidadania consiste na conquista desses direitos.

Direitos civis - Consistem na garantia da liberdade religiosa e de pensamento, o direito de ir e vir, o direito a propriedade, a liberdade contratual, principalmente a de escolher o trabalho, e finalmente, a justiça, que deveria salvaguardar todos os direitos anteriores.

Direitos políticos - referem-se aos direitos eleitorais (possibilidade de votar e ser votado) o direito de livre associação (partidos, sindicatos, etc.) e o direito de protestar.

Direitos sociais - referem-se ao direito à educação básica, à saúde, a programas habitacionais, transporte coletivo, previdência, lazer, acesso ao sistema judiciário, etc.

Podemos acrescentar outra maneira de entender os direitos que nos ajuda a distinguir aquilo que “diz a lei” e aquilo que é praticado no dia-a-dia. São dois tipos, a cidadania “formal” e a cidadania “real”.

Cidadania formal refere-se à maneira como a cidadania está descrita formalmente na lei, nas constituições nacionais, é a garantia que o indivíduo tem para lutar legalmente por seus direitos.

Cidadania Real também chamada de substantiva refere-se à maneira como a cidadania é vivida na prática, no dia-a-dia. Através dela podemos ver que nem todos os seres humanos são iguais socialmente, que a sociedade se estrutura desigualmente e, pois alguns grupos sofrem os mais diversos tipos de necessidades e preconceitos.

